#### Senhores Acionistas,

Disponível

Operações com seguradoras

Títulos e créditos a receber réditos tributários e previdenciários

Despesas antecipadas Custos de aquisição diferidos

Outros valores e bens

Ativo não circulante Realizável a longo prazo Aplicações

Seguros Investimento

Intangível

Total do ativo

Participações societárias Imobilizado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aplicações Créditos das operações com seguros e resseguros

Operações com resseguradoras Outros créditos operacionais Ativos de resseguro – provisões técnicas Títulos e créditos a receber

Ativos de resseguro – provisões técnicas

**Títulos e créditos a receber** Créditos tributários e previdenciários Custos de aquisição diferidos

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A anteriormente denominada Santa Catarina Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes

Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 467,6 milhões, representando um ncremento de 220,5% sobre o exercício anterior, decorrente, principalmente, da carteira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, transferida em 1 de setembro de 2010, aprovada pela SUSEP em 4 de agosto de 2010. O lucro líquido foi de R\$ 29,5 milhões, 130,2% superior a 2010. BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 68,6 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Os Grupos Banco do Brasil e MAPFRE celebraram Acordo de Parceira para a formação de alianca estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas

sociedades holdings, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:

a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário

b)MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora

e 2011 e 2	<b>010</b> (Em milhares de reais)			
2010	Passivo	Nota	2011	2010
285.420	Circulante		422.116	320.003
2.970	Contas a pagar		39.669	23.129
2.970	Obrigações a pagar		27.200	8.391
57.777	Impostos e encargos sociais a recolher		7.474	7.540
119.114	Impostos e contribuições		4.995	7.198
107.527	Débitos de operações com seguros e resseguros		65.538	65.002
1.979	Prêmios a restituir		103	493
8.688	Operações com seguradoras		2.537	1.505
920	Operações com resseguradoras		17.324	10.655
68.313	Corretores de seguros e resseguros		20.502	14.890
4.418	Outros débitos operacionais		25.072	37.459
4.129	Depósitos de terceiros	7	5.291	5.758
289	Provisões técnicas - seguros	10	311.618	226.114
14	Danos		311.618	226.114
14	Passivo não circulante		95.582	62.631
18	Contas a pagar		284	85
32.796	Provisões técnicas - seguros	10	83.386	49.865
32.796	Danos		83.386	49.865
201.611	Outros débitos		11.912	12.681
200.882	Provisões judiciais	14	11.912	12.681
169.098	Patrimônio líquido		127.171	104.397
11.091	Capital social	15	89.570	89.570
	Reservas de lucros		37.175	14.699
19.461	Ajustes com títulos e valores mobiliários		426	128
6.263				
13.198				
1.232				
1.232				
93				
93				
15				
15				
621				

644.869

487.031

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

487.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Total do passivo

9.832

7.203

10.963

43.737

13.971

2.620

621

644.869

329

198,259

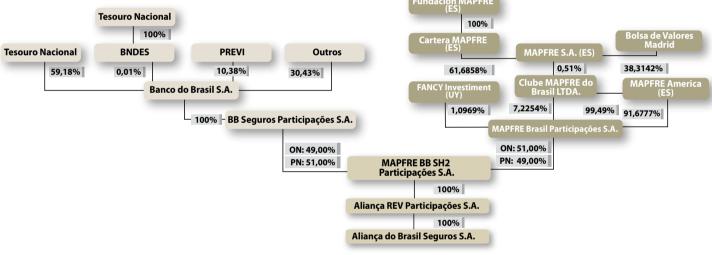
		Reservas de lucros		Ajustes com Títulos		
	_ Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucros	e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.569	485	4.447	8	_	9.509
Aumento de capital:						
AGE de 10.05.2010	85.001	-	_	-	_	85.001
Títulos e valores mobiliários	_	-	_	120	_	120
Lucro líquido do exercício	_	-	_	_	12.809	12.809
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	_	641	_	_	(641)	_
Reserva de lucros	_	-	9.126	_	(9.126)	_
Dividendos	_	-	_	_	(3.042)	(3.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.570	1.126	13.573	128	_	104.397
Títulos e valores mobiliários	_	-	_	298	_	298
Lucro líquido do exercício	_	-	_	_	29.476	29.476
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	_	1.474	_	_	(1.474)	_
Dividendos propostos	_	_	_	_	(7.000)	(7.000)
Reserva de lucros	_	-	21.002	_	(21.002)	_
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.570	2.600	34.575	426	_	127.171
	As notas explicativas são parte integ	grante das demonstr	ações financeiras.			

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante referida também como "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de riscos de danos. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o n° 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa 18. Em 29 de abril de 2010 a SUSEP aprovou parte da reorganização operacional e societária deliberada em 11 de dezembro de 2009 pela Administração relacionada às mudanças: de sua denominação social para Aliança do Brasil Seguros S.A., de sua sede para São Paulo, de seu objeto social e dos ramos de seguro e abrangência geográfica de sua atuação, condicionada ao aumento de capital de R\$ 85.001 mil que foi realizado em 28 de maio de 2010. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceira requereu

a reorganização societária da área de seguros da BB Seguros e Participações S.A., na qual se inclui esta Seguradora. Neste sentido, aconteceu a transferência da totalidade da carteira de seguros do ramo vida da Seguradora para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e da carteira de seguros de certas classes de operações de riscos de danos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil para a Seguradora, prevista nessa reorganização, que foi efetivada em 1º de setembro de 2010, com base nos saldos contábeis de 31 de agosto de 2010, após aprovada pela SUSEP, conforme Portaria SUSEP 3.736 de 4 de agosto de 2010. Adicionalmente, em 25 de fevereiro foi transferida a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora para a Aliança REV Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança REV Participações S.A.), referida também como "Aliança REV". Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holding, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. Não houve efeito de transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota 19. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações , comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011 Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos– resseguros (ativo); iv) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e v) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:**As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando ndicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas sequintes notas explicativas

 Nota 3b Instrumentos financeiros Nota 3f Classificação dos contratos de seguros e de investimento;

Mensuração dos contratos de seguros; Custos de aquisição diferidos; Provisões técnicas; Nota 3gNota 3i

Teste de adequação dos passivos; Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e Notas 13 e 14 Provisões judiciais.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens

patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • espera-se que seja realizado até doze

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações a. Caixa e equivalentes a caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. b. Instrumentos Financeiros: A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investime toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São

classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período. v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5b. c. Instrumentos derivativos: Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Contratos de seguros: Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. d. Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. ii) Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado. líquido de depreciação e amortização. **e. Ativos intangíveis:** Gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluído o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. f. Classificação dos contratos de seguros e de investimento: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de seguros, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECON/GABIN/N. 007/08. estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. q. Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por

Como parte da reorganização societária que viabiliza o acordo firmado, em 25 de fevereiro de 2011 a titularidade das ações que a Companhia de Seguros Aliança do Brasil possuía da Seguradora foi transferida para a BB Aliança REV S.A.. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Ácordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e

promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012. A Diretoria

#### **EMONSTRACÕES DE RESULTADO**

xercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 m milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
êmios emitidos líquidos	16	467.644	145.899
Variações de provisões técnicas de prêmios		(48.317)	(16.338)
) Prêmios ganhos		419.327	129.561
Receita com emissão de apólice		11.656	2.878
Sinistros ocorridos	16	(163.901)	(37.189)
Custos de aquisição	16	(190.803)	(61.214)
/–) Outras receitas e despesas operacionais		(28.237)	(10.497)
Resultado com resseguro		8.575	(726)
(+) Receita com resseguro		44.613	10.168
(–) Despesas com resseguro		(36.038)	(10.894)
Despesas administrativas	16	(25.579)	(9.185)
Despesas com tributos	16	(14.393)	(4.500)
Resultado financeiro	16	33.765	12.326
) Resultado operacional		50.410	21.454
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		_	(63)
) Resultado antes dos impostos e participações		50.410	21.391
Imposto de renda	17	(12.071)	(4.938)
Contribuição social	17	(7.389)	(3.067)
Participações sobre o resultado		(1.474)	(577)
) Lucro líquido		29.476	12.809
Quantidade de ações		14.823	14.823
Lucro líquido por ação		1.988,53	864,13
As notas explicativas são parte integrante das demonst	rações fii	nanceiras.	

#### EMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

xercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Liff fillinates de feats)		
	2011	2010
ucro líquido do exercício.	29.476	12.809
Outros resultados abrangentes	298	120
/ariação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	497	200
mposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(199)	(80)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	29.774	12.929
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	29.774	12.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos de prêmios de seguro 124.579 Recuperações de sinistros e comissões 5.474 1.731 Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros) Pagamentos de sinistros e comissões (306.673)(78.301)(27.724) (15.980) Repasses de prêmios por cessão de riscos Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros (2.786)Pagamentos de despesas e obrigações Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais (27.352)(4.943)(447) Outros pagamentos operacionais Recebimentos de juros e dividendos (19.321)(42.406)384 (1.043) (2.619)Constituição de depósitos judiciais Resgates de depósitos judiciais (131)Pagamentos de participações nos resultados Caixa gerado pelas operações 73.742 (7.092)mpostos e contribuições pagos vestimentos financeiros (224.916) (52.389) 195.593 71.535 Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 9.913 2.717 ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Caixa líquido consumido nas atividades de investimento (9) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3.042) (226)Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (226) 2.497 Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento (3.042)6.862 Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa aixa e equivalentes de caixa no início do exercício 2.970 473 ixa e equivalentes de caixa no final do exercício Redução/aumento nas aplicações financeiras - recursos livres (14.435)21.414 RECONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPE CIONAIS 2011 Fluxo de caixa das atividades operacionais Resultado do período 29.479 12.807 Ajustes para: Depreciações e amortizações Resultado na venda de imobilizado 1.955 Provisão para risco de crédito (629)Dividendos propostos (3.042)Aumento de capital 85.001 Variação nas contas patrimoniais: (214.397) Aplicações (89.212)Créditos das operações de seguros e resseguros (13.590)(118.439)Ativos de resseguro - provisões técnicas (79.404) Títulos e créditos a receber (14.591)(10.360)Outros valores e bens (14)(561) Despesas antecipadas Custos de aquisição diferidos (12.329)(34.028)17.631 22.895 Contas a pagar Débitos de operações com seguros e resseguros Depósitos de terceiros (467) 5.741 270.287 119.025 Provisões técnicas – seguros Outros débitos Variação de ajustes de TVM (PL) 298 120 Fluxo de caixa decorrente das atividades opera

ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" n base "*pro rata die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. As operações do segurc DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros ropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **h. Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ssarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i. Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. j. Provisões técnicas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de "run-off" que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 24 meses. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de seguros e líguidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial constituída conforme critérios definidos e documentados em Nota Técnica Atuarial (NTA). Os valores provisionados são atualizados monetariamente e incluem estimativa de custos a serem incorridos com honorários de sucumbência. A provisão de sinistros a liquidar judicial está classificada integralmente no exigível a longo prazo. A Provisão de nistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR– Incurred But Not Reported) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. A provisão complementar de prêmios (PCP) é calculada de acordo com a metodologia definida na regulamentação emanada do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para complementar a PPNG. O valor da PCP será a diferença, se positiva, entre a média da PPNG calculada diariamente e o valor da PPNG constituída no último dia do mês e no seu cálculo devem ser considerados todos os riscos vigentes, emitidos ou não. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências das provisões de  $pr\hat{e}mios\,para\,cobertura\,das\,obrigações\,futuras\,relacionadas\,aos\,contratos\,de\,seguros.\,As\,estimativas\,baseiamentos accompanyas accompan$ se na projeção do fluxo de caixa futuro dos direitos e obrigações de cada contrato considerando-se hipóteses e premissas em função de cada tipo de risco. A Seguradora não identificou insuficiência de prêmios em 2011 e 2010, portanto não houve constituição de PIP. Os fluxos de caixa são estimados até o final de vigência da apólice e não consideram renovações, novos contratos ou certificados. Para a projeção do montante dos sinistros futuros referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo, é utilizado modelo estatístico de regressão. Com isso, a partir da experiência passada da carteira, que é obtida pela relação trimestral entre o sinistro e prêmio retido dos últimos 12 trimestres, é projetada a taxa de sinistralidade futura para os trimestres subseqüentes à data-base de cálculo (de acordo com o fluxo de esgotamento da PPNG). Por fim, a expectativa de sinistros será o produto da taxa de sinistralidade futura e a variação da Provisão de Prêmios não Ganhos projetada. Para a apuração do montante das Despesas Administrativas, são utilizados os gastos administrativos dos últimos 12 trimestres, (tais como: gastos com pessoal, aluquel, tributos, materiais diversos, entre outros) sobre o prêmic ganho, determinando desta forma um índice de Despesa Administrativa Futura (DAF). A expectativa das despesas administrativas é o produto do índice da DAF e a variação da Provisão de Prêmios não Ganhos projetada. E, por fim, para a projeção da PPNG futura e das despesas de comercialização diferidas futuras, é aplicado o diferimento pelo prazo de vigência do risco. Na data-base 31/12/2011 não foi apurada insuficiência, não havendo necessidade de constituição da provisão de insuficiência de prêmios (PIP). k. Teste de adequação dos passivos: Conforme requerido pelo CPC 11 a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das

Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ nº 01.378.407/0001-10 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 410/2010 e nenhuma insuficiência foi identificada. As principais premissas utilizadas no teste foram Descrição Taxa de juros contratada para ativos e passivos Produtos sem garantia de juros Taxa de juros esperada para os ativos Produtos sem garantia de juros Taxa de desconto Taxa de juros livre de risco pré-fixada Tábua Não há Sinistralidade 71%

I. Passivos financeiros: Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. m. Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. n. Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros: Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **o. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de

afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de seguro; • Risco de

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem

relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável

crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O erenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adicionase a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: • *Comitê Financeiro:* constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração. • Comitê de Auditoria: Órgão estatutário de assessoramento a Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • Comitê Executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de Seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que ente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência hi que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de

6% 43% 20% **100%** 100% *Sensibilidade do risco de seguro:* O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor  $significativo \ do \ passivo \ e \ correspondem \ aos \ diversos \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ compromissos \ financeiros \ futuros \ das \ seguradoras \ futuros \ futuros \ das \ futuros \ fu$ seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **(a) Provisões Técnicas:** 1. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao

seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro

Região geográfica

Nordeste

desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2. Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravo de 5 % na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. **(c) Taxa de juros:** Simulamos como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o Rendimento Financeiro do exercício e conseguentemente o Resultado e Patrimônio Líquido. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são Impacto no Impacto no 2011

Fator de Risco		Sensibilidade	Líquido	Líquido			
rator de Risco			Liquido	Liquido			
		Alteração das principais premissas das					
a. Provisões Técnicas	Total	provisões técnicas	(1.987)	(1.136)			
a1. IBNR	Aumento	Coeficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(1.987)	(1.136)			
a2. PIP de longo prazo	Aumento	Agravo de 5% na Tábua de Mortalidade	N/A	N/A			
	Redução	Redução de 1 % na Taxa de desconto da PIP	N/A	N/A			
		Como uma elevação de 5% na					
b. Sinistralidade	Aumento	sinistralidade afetaria o exercício	(7.754)	(1.615)			
		Como uma redução de 1% na taxa de					
c. Taxa de Juros	Redução	juros afetaria o exercício	(2.639)	(1.103)			
Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um							
instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos							
and the state of t							

is de clientes e em ativos financeiros. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguinte fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no nto; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas: • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. *Exposição ao risco de crédito de seguro:* A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, não há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com produtos fundamentalmente massificados. Considera-se, também, que o risco é minimizado uma vez que a maior parte dos seus segurados é correntista do Banco do Brasil, e os prêmios são, usualmente, debitados automaticamente em sua conta-corrente. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta

dezembro de 2011 o total de ativos de resseguro recuperáveis é de R\$ 15.306 (R\$ 8.688 em 2010), sendo que parte relevante desse saldo tinha como contraparte o IRB Brasil Resseguros S.A.. *Gerenciamento do Risco de Crédito*: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço. para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito a configuración de configuración dereferente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. *Exposição ao risco de liquidez*: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. Gerenciamento do risco de *liquidez:* A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pela Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes des casamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão a casa de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de liquidação de liquidaçde ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo 'e selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxode caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Outros ativos	10.999		-	10.999
Total dos ativos financeiros	396.571	187.127	35.241	618.939
Contas a pagar	39.669	284	_	39.953
Débitos de operações com seguros e resseguros	65.538	-	-	65.538
Depósitos de terceiros	5.291		_	5.291
Provisões técnicas - seguros e resseguros	296.972	75.685	22.347	395.004
Total dos passivos financeiros	407.470	75.969	22.347	505.786
Os ativos financeiros relacionados a Depósitos Judicia				
processos judiciais de sinistros, R\$ 8.853, e os passivos fi				
não foram classificados no quadro acima devido à exp				
judiciais. Outro importante aspecto referente ao gerencia				
de caixa dos ativos e passivos. O objetivo é selecionar ativo	os com prazos e	valores com ve	encimento (	equivalente
ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios o	dos ramos opei	rados. As estir	nativas util	izadas para
determinar os valores e prazos aproximados para o pag	amento de ind	enizações e be	enefícios sã	o revisadas
mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subje	etivas e podem i	impactar diret	amente na	capacidade
em manter o balanceamento de ativos e passivos. <b>Risco d</b>	e mercado: Ris	co de mercado	é o risco de	e alterações
nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio	, taxas de juros	e precos de	acões, nos	ganhos da
Seguradora ou no valor de suas participações em instrun				
risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a r				
e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.				
riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco				
Banco do Brasil com base em cenários de <i>stress</i> , histórico				
a Superintendência Financeira e a BB-DTVM acompanha				
nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar n				
para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, con		-		•
1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre o				
pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 319				
que mais contribuíram, em termos de risco, foram as rela	,			
taxa de juros pré-fixada. Os investimentos financeiros sã				
balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez				,
processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre ta				
fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estr				
aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez,				
de crédito. <u>Sensibilidade a Taxa de Juros:</u> Na presente an				
fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos inde				
função da relevância dos mesmos nas posições ativas e p	passivas da Segi	uradora. A def	inição dos	parâmetros
quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100	) pontos base p	oara taxa de ji	iros e para	cupons de
inflação) teve por base a análise das variações históricas	de taxas de juro	os em período	recente e p	remissa de
não alteração das curvas de expectativa de inflação, refle	tindo nos respe	ectivos cupons	na mesma	magnitude
da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não reso	gata antecipada	amente ao seu	vencimen	to os ativos
classificados na categoria mantidos até o vencimento, o	diante disto, os	títulos classifi	cados ness	a categoria
foram excluídos da base para a análise de sensibilidade				

A Vencer A Vence em até 1 ano 71.163 1e3anos de 3 anos Caixa e equivalentes de caixa 62.722 46.610 109.332 Valor justo por meio do resultado Disponível para venda 25.851 45.405 5.225 Mantidos até o vencimento 1.391 45.178 22.020 68.589 Créditos das operações de seguros e resseguros 132.704 132.704 67.429 329 579 Ativos de resseguro Créditos tributários e previdenciários 22.568 7.120 5.289 Despesas antecipadas Custo de aquisição Diferidos 39.516 4.134 2.707 46.357

Part Des Patr **Ma**i Cap Cap Cap Exig **Suf**i 5. IN O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco

sível à variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento.

Saldo em

30.788

31/12/2010

Trans-

**Aplicações** 

Letras do Tesouro Nacional - LTN 2.537 Notas do Tesouro Nacional - NTN-B 77.969 Notas do Tesouro Nacional - NTN-F 36.544 Notas do Tesouro Nacional - NTN-F 8.656 Fundo BB Aliança 3 FI 22.931 25.924 Fundo BB Aliança 3 FI 39.544 (25.924)Fundo de Invest. em Direitos Creditórios 7.082 Fundo de Invest. Bradesco - DPVAT Fundo de Invest. BB - DPVAT Fundo de Invest, Itaú - DPVAT Letras Financeiros - LF Debêntures 226.523 Total a. Composição por prazo e por título Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) Notas do Tesouro Nacional (NTN-F Quotas de Fundo DPVAT Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo Letras do Tesouro Nacional (LTN) Caixa/Ajustes DI 2010 Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado Operações Compromissadas Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo

Movimentação das aplicações financeiras

Certificado de Depósito Bancário - CDB

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Operações Compromissadas

2011

13%

18%

<u> 2010</u>

10%

15%

6%

Descrição

Caixa/Ajustes DI 2011 Ativos financeiros disponíveis para venda Letras Financeiras do Tesouro (LFT) Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) Letras Financeiras Letras do Tesouro Nacional (LTN)

2010 Ativos financeiros disponíveis para venda Letras Financeiras do Tesouro (LFT Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) Letras do Tesouro Nacional (LTN) Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) Certificados de Depósito Bancário (CDB)

2011 Ativos mantidos até o vencimento Letras do Tesouro Nacional (LTN) Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)

2010 Ativos mantidos até o vencimento Letras do Tesouro Nacional (LTN) Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)

b. Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de

renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debéntures (SND). Para fins de cálculo do valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND, com o devido tratamento estatístico de acordo com o manual de marcação a mercado disponível no site da BB-DTVM. Para os CDB's foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencime determinado apenas para fins de divulgação. c. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observár 2011 2010

Ativos designados pelo valor por meio do resultado
Operações Compromissadas
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)
Quotas de Fundo DPVAT Nível 2 Total 61.331 Nível 2 Total 22.934 38 85 38.85 31.261 27.830 27.830 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo 7.082 7.082 7.082 7.082 Letras do Tesouro Nacional (LTN) 4.319 4.319 'Ajustes DI (11) 170.663 163.581 22.931

qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Até 31 de dezembro de Do total de R\$ 315.733 mil de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 68.589 mil 2011, os parceiros de resseguros eram: IRB Brasil Resseguros S.A. - 84%; MAPFRE Re Companhia de Resseguros S.A., -6%; Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. - 9%; MAPFRE Re do Brasil, -1%. Em 31 de vencimento" bem como R\$ 27.830 mil relativos aos investimentos em DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 219.314 mil sendo que R\$ 196.835 mil são títulos 2011 Impacto no Patrimônio

Impacto no Patri Líquido Líquido Fator de risco Taxa de juro elevação de taxas (841.451) (812)redução de taxas 1.193.583 Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31.12.2011 e 31.12.2010: b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31.12.2011 e 31.12.2010. Risco operacional Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, aceitos de comportamento empresarial. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, o Grupo dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e a Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão do Grupo de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de consideral como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principa objetivo do Grupo em relação a gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com

regulamentações emitidas pelo CNSP e SUSEP utilizando as tabela	as de fatores suavizadas en	n função de	
ssuir modelo interno para o risco de subscrição.			
	2011	2010	
trimônio líquido	127.171	104.397	
rticipações em coligadas e controladas	(293)	(93)	
spesas antecipadas	(1)	(18)	
vosIntangíveis	(621)	_	
trimônio líquido ajustado (a)	126.256	104.286	
trimônio mínimo necessário - por prêmio	85.391	25.930	
trimônio mínimo necessário - por sinistro	17.412	5.601	
argem de solvência (b)	85.391	25.930	
pital base - CB	15.000	15.000	
pital adicional de subscrição - CAS	68.265	92.327	
pital adicional de crédito - CAC	5.849	-	
pital mínimo requerido - CMR (c)	89.114	107.327	
gência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	89.114	107.327	
ficiência de capital (a - c)	37.142	(3.041)	
ficiência de capital (% da EC)	41,68%	-2,83%	
NSTRUMENTOS FINANCEIROS			

de crédito na data dasdemonstrações financeiras está aprese Resumo da classificação das aplicações financeiras

100% Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado 36% 23% 18% 61.331 38.851 22.934 Notas do Tesouro Nacional (NTN-B Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) 31.261 16% 4% 3% 0% 0% 24% 0% 0% Quotas de Fundo DPVAT Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo Letras do Tesouro Nacional (LTN) 27.830 7.082 4.319 7.082 Caixa/Ajustes DI 2010 148.309 <u>2011</u> 76.481 Ativos financeiros disponíveis para venda Letras Financeiras do Tesouro (LFT) Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) 100% 100% 21% 52% 0% 0% 2% 34.366 23.800 10.183 45% 31% 13% Letras Financeiras Debêntures 5.225 7% 4% 0% 0% 2.537 36.544 Letras do Tesouro Nacional (LTN) 2.907 Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) 25% Certificados de Depósito Bancário (CDB) 471 2010 48.200 2011 68.589 100% 100% Ativos mantidos até o vencimento

34.727 33.862 51% 49% 14.835 33.365 31% 69% Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) 2010 353 100% 100% Outras Aplicações Ganho/Prov Rendimentos/ Saldo em 31/12/2011 Classificação do Ativo Resgates Desv. Atualizações (485)Disponível para Venda (24)3.601 34.365 Disponível para Venda 72 298 2.907 Disponível para Venda (59.269)500 4.602 23.804 Disponível para Venda (37.030) (80)566 Disponível para Venda

(837) 974 8.793 Até o Vencimento (203.530) 135.750 Valor Justo Por Meio do Resultado 278.987 11.438 (6.900) 46.385 6.690 59.795 Até o Vencimento Valor Justo Por Meio do Resultado 7.082 878 (878)9.162 (845)972 9.289 Valor Justo Por Meio do Resultado Valor Justo Por Meio do Resultado 9.162 (845)9.264 9.162 (845)960 9.277 Valor Justo Por Meio do Resultado Disponível para Venda 10.000 183 10.183 (349) Disponível para Venda 5.005 539 5.224 (311.813) 367.863 497 32.663 315.733 <u>180 dias</u> <u>dias</u> <u>360 dias</u> <u>/alor Justo</u> 170.663 <u>Curva</u> 168.677

vencimento 61.331 61.331 61.33 1.224 37.627 37.779 1.072 38.851 10.484 20.777 31.261 30.477 784 27.830 27.830 27.830 7.082 7.082 7.082 4.319 4.189 130 4.319 (11) (11)1 a 30 dias ou sem 181 a 360 Ajuste a <u>vencimento</u> <u>180 dias</u> dias 360 dias Valor Justo Curva <u>Valor Justo</u> 30.013 30.013 22.934 22.934 22.934 7.082 7.082 7.082 (3) (3) Valor Contábil/ (3) **Valor** 31 a 181 a 360 1 a 30 dias ou sem Acima de Ajuste a

360 dias Curva <u>vencimento</u> Valor Justo 13.932 11.919 8.515 34.366 34.407 (41)23.800 23.800 23.119 681 10.183 10.183 10.183 29 2.907 2.907 2.866 41 1 a 30 dias ou sem 31a 181 a 360 Valor Contábil/ Valor Aiuste a 360 dias 180 dias Valor Justo 148.095 148.309 214 30.788 30.805 30.788 20.625 77.787 57.344 77.969 182 2 537 2 537 2 568 (31)6.314 36.544 36.464 30.230 80 471 471 471 1 a 30 dias ou ser 181 a 360 Acima de 36 180 dias vencimento dias Justo 70.391

Contábi 68.589 35.634 35.634 34.727 1.391 33.366 34.757 33.862 1 a 30 dias ou ser 181 a 360 <u>Contábi</u> vencimento dias Justo 48.187 48.200 14.823 33.364 33.364 33.365 2011 Ativos financeiros disponíveis para venda Nível 1 Tota Nível 1 Tota Nível 2 do Tesouro (LFT) 34.366 34.366 30.788 30.788

Nacional (NTN-B) 23.800 77.969 77.969 Letras Financeiras 10.183 10.183 Debêntures 5.225 5.225 Letras do Tesouro Nacional (LTN) Notas do Tesour 2.537 2.907 2.907 2.537 Nacional (NTN-F) 36.544 36.544 Certificados de Dep 471 sito Bancário (CDB) 471 15.408 471 61.073 76.481 147.838 148.309 2011 2010 Ativos mantidos até o vencimento Nível 1 Total Nível 1 Nível 2 Total Nível 2 etras do Tesour. Nacional (LTN) 34.727 14.835 14.835 Notas do Tesoure Nacional (NTN-F) 33.862 33.862 33.365 33.365 68.589 68.589 Total 48.200 48.200

Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) O desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos e títulos privados que compõem a

Carteira de Investimentos atinqiu 12,62% no acumulado de janeiro a dezembro de 2011, representado

#### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS Em 31 de dezembro de 2011, a Seguradora possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela

 $108,\!82\,\%$  do CDI que foi de 11,60 no ano.

abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

A Seguradora pleiteia judicialmente, desde junho de 1999, o afastamento do recolhimento da COFINS nos

termos previstos na Lei nº 9.718/98. Até abril de 2010 a Seguradora provisionou e depositou judicialmente o

valor questionado, passando a recolher o tributo a partir de maio de 2010. Até maio de 2009 a Seguradora

provisionava e depositava a COFINS sobre as receitas de prêmios, as financeiras e as não operacionais, uma vez

que a partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º, artigo 3º da Lei nº 9.718/98, por meio da Lei

nº 11.941/09, a Seguradora deixou de incluir as receitas financeiras e as não operacionais na base de cálculo.

Em relação ao mérito da exclusão das receitas de prêmios de seguro da base de cálculo da COFINS, os

assessores jurídicos da Seguradora classificam a possibilidade de perda como "provável". Em dezembro de

2010 a Seguradora reverteu a parcela da provisão correspondente à contribuição incidente sobre as receitas

financeiras e as não operacionais, constituída entre junho de 1999 e maio de 2009, no montante de R\$ 321,

tendo em vista que a Seguradora entende que o mérito do alargamento da base de cálculo da COFINS para as

receitas excedentes aos prêmios de seguro está pacificado no plenário do STF em favor das seguradoras. Além disso, os advogados passaram a classificar a probabilidade de perda desta parcela como "remota". CSLL -

Desde maio de 2008 a Seguradora discute judicialmente a elevação da alíguota de 9% para 15% da

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e efetuou depósitos judiciais referentes à parcela correspondente à

majoração da alíquota até abril de 2010, constituindo provisão dos valores discutidos. A partir de maio de

2010 a Seguradora passou a recolher o valor integral da CSLL. O processo aguarda recurso de apelação

interposto pela Seguradora. Os assessores jurídicos da Seguradora avaliam a probabilidade de perda da

discussão como "possível". **Trabalhistas -** A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista que

estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução

final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da

Administração da Seguradora. Cível - Referem-se a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de

5.975 12.681

(1.720) **(1.720)** 

6.425 11.912

c) Composição das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

324

627

2011

Valor da

5.101

5.476

Valor

Reclamado

115.327

127.044

2.940

Valor Reclamado

pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. b) Movimentação:

1.543

627

2011

1.230

(1.219)

11

Quantidade

Quantidade

Quantidade

358

102

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 89.570 (R\$ 89.570 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 14.823 ações ordinárias, sendo 14.663 ordinárias e 160 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias b) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando

sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. c) Reserva legal: Constituída, ao final do

exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de

prejuízos ou para aumento do capital social. d) Reserva de lucros: Constituída por até 100% do lucro líquido

remanescente após as deducões estabelecidas no estatuto social, e) Aiustes de avaliação patrimonial:

Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros

disponíveis para venda, computando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no Patrimônio

2010

54.608

32.015

2.660

2011

5,64%

61,91%

87,00%

98,29%

419.327 129.561 39.09% 28.70% 45.50%

17.974 37.47%

22.304 53.82%

Prêmios ganhos

158.587

122.424

65.359

29.225

12.852

30 880

I-Fiscais II-Trabalhistas III-Cíveis

5.476

5.476

Saldo inicial

Constituições

Atualização

Baixas

I-Fiscais

Prováve

Possível

Prováve

III - Cível

Prováve Possível

Remota

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários

a) Principais ramos de atuação

Compreensivo empresarial

b) Prêmios Líquidos

Prêmios diretos

Retrocessões

Sinistros

Salvados

Comissões

2010

275.979

(84.233)

203.119

Repasse DPVAT

Ressarcimentos

Serviço de Assistência

d) Custos de aquisição

Recuperação de comissões

Administração de apólices

Demais despesas operacionais

Apólices e Contratos

Contingências cíveis

Endomarketing

Despesas com cobrança

Outras despesas de comercialização

Variação das despesas de comercialização diferidas

e) Outras receitas e despesas operacionais

c) Sinistros ocorridos

Crédito doméstico risco p. física

Prêmios de co-seguros aceitos

Prêmios de co-seguros cedidos

Riscos diversos

16. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

II - Trahalhistas

monetária

Saldo final

2011 2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEI					A provisão para as ações judicia			intorna que cons	idora alóm da
	2011	Valor de	Valor	Valor a Receber/	probabilidades de perda avali b) Composição das ações po	adas pelos advogados, a an			
<u>Derivativos</u>	Quantidade	Referência	Justo	Pagar	Ano de abertura	PSL Judio	ial		
NTN-F - A vencer entre 1 a 30 dias	105	10.500	10.491	-	1998		01		
LTN - A vencer acima de 360 dias	50	5.000	4.322	-	1999		70		
NTN-FA vencer acima de 360 dias	235	23.500	19.238	(7)	2000	3.6			
	390	39.000	34.051	(7)	2001	3.1			
7. PRÊMIOS A RECEBER					2002	4.3			
			2011	2010	2003	2.0			
Prêmios a receber			111.464	109.313	2004	1.1	25		
(–) Provisão para riscos de créditos sobre p	rêmios de seguros		(2.414)	(1.786)	2005	6	02		
Total	remos de seguros		109.050	107.527	2006	2.2	61		
A Seguradora não possui nenhum	prêmio de seguro	a receber ind			2007	2.4	94		
a) Movimentação de prêmios a recebe					2008	2.9	74		
-,			2011	2010	2009	1.8	80		
Saldo Inicial		_	109.313	370	2010	1.1	44		
Prêmios emitidos			543.038	246.271	2011	2.1			
Cancelamentos			(54.429)	(31.230)	Total	28.5	53		
Recebimentos			(486.458)	(106.098)	O prazo médio para o pagamer	to dos sinistros judiciais é de 1	.097 dias.		
Saldo em 31 de dezembro de 2011			111.464	109.313	14. OUTRAS PROVISÕES JUD	ICIAIS NÃO REI ACIONADA	S A SINISTROS		
b) Composição por prazo de vencimer	nto								
			2011	2010	(a) Composição				
Vincendos			78.289	67.775			es Judiciais		os Judiciais
Vencidos: 1 a 30 dias			23.223	22.877		2011	2010	2011	2010
Vencidos: 31 a 60 dias			733	15.241	Natureza				
Vencidos: 61 a 120 dias			3.485	977	Fiscal	5.476	5.476	6.069	6.069
Vencidos: 121 a 180 dias			3.120	466	COFINS	5.101	5.101	5.621	5.621
Vencidos: 181 a 365 dias			1.015	1.115	CSLL Traballists	375	375	448	448
Vencidos superior a 365 dias			1.599	862	Trabalhista	11	1.230	-	217
Total			111.464	109.313	Cível	6.425	5.975	378	131
O período médio de parcelamento ofered	cido pela Seguradora pa	ara liquidação do	s prêmios pelo	os segurados é	Total	11.912	12.681	6.447	6.417
de 150 dias em 2011 e 2010.					Além dos valores apresentados				
8 OPERAÇÕES DE RESSEGURO					R\$ 9.709 (R\$ 6.781 em 2010)	de depositos judiciais vincula	ados a sinistros e	m discussão judio	cial. COFINS

8. OPERAÇÕES DE RESSEGURO

a) Ativo

9. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Prêmios	-	1.871
Recuperação de sinistros IRB	14.754	7.860
Outros	2.794	-
(–) Provisão para riscos de créditos com resseguradores	(2.242)	(1.043)
Total	15.306	8.688
b) Passivo		
	2011	2010
Prêmios cedidos	(17.863)	(10.615)
Comissão a recuperar	2.424	1.160
Outros	(1.885)	(1.200)
Total	(17.324)	(10.655)

baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora. 2011 2010

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não

1a30	1.675	3.800
31a60	693	258
61 a 120	803	1.241
121 a 180	128	103
181 a 365	1.140	55
Superior a 365	852	301
Total	5.291	5.758
10. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUS DIFERIDOS	TOS DE A	QUISIÇÃO

Provisões técnicas de seguros	Saldo em <u>31/12/2010</u>	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	137.654	493.335	(445.437)	_	185.552
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar Provisão de eventos ocorridos	124.651	173.589	(112.615)	884	186.509
e não avisados - IBNR	12.523	8.801	-	-	21.324
Outras provisões (PCP)	1.151	468	_	_	1.619
Total das provisões técnicas	275.979	676.193	(558.052)	884	395.004
Custo de aquisição diferido	34.028	160.803	(148.474)	-	46.357
Provisões técnicas - resseguros Provisão de prêmios não ganhos	Saldo em <u>31/12/2010</u>	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
(PPNG + PRVNE)	22.586	53.113	(47.906)	-	27.793
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar Provisão de eventos ocorridos	59.471	49.047	(30.369)	(217)	77.932
e não avisados - IBNR	1.896	1.492	-	-	3.388
Outras provisões (PCP)	280	703	-	-	983
Total das provisões técnicas	84.233	104.355	(78.275)	(217)	110.096
Custo de aquisição diferido	4.828 Saldo em	14.738	(13.608)	-	5.958 Saldo em
Provisões técnicas - seguros Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	<u>31/12/2009</u> 439	Constituições 406.551	<u>Reversõe</u> s (269.337)	<u>Atualizações</u>	31/12/2010 137.653
Sinistros avisados (a liquidar) Provisão de eventos ocorridos	1.870	161.770	(39.913)	924	124.651
e não avisados - IBNR	3.016	9.508	-	-	12.524
Outras provisões (principalmente PCP)	367	784	_	-	1.151
Total das provisões técnicas	5.692	578.613	(309.250)	924	275.979
Custo de aquisição diferido	- Saldo em	34.028	-	-	34.028 Saldo em
Provisões técnicas - resseguros		Constituições	Reversões	Atualizações	31/12/2010
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)		- 66.349	(43.764)		22.585
Sinistros avisados (a liquidar) Provisão de eventos ocorridos		73.756	(13.811)	(474)	59.471
e não avisados - IBNR		- 1.896	-	-	1.896
Outras provisões (principalmente PCP)	-	- 280	-	-	280
Total das provisões técnicas	-	- 142.281 - 4.828	(57.575)	(474)	84.232 4.828
L LISTO DE ADUISICAO DITERIDO		_ 4.878	_	_	д х78

#### 11. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando

os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as 💎 Compreensivo residencial informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro Vida em grupo demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis Ano de ocorrência do sinistro

Montante estimado para os sinistros	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
<ul> <li>No ano da ocorrência</li> </ul>	41.876	48.201	49.438	44.793	61.051	48.741	294.100
<ul> <li>Um ano após a ocorrência</li> </ul>	36.675	43.757	40.865	39.121	42.721	-	203.139
<ul> <li>Dois anos após a ocorrência</li> </ul>	38.687	43.229	39.980	34.556	-	-	156.452
<ul> <li>Três anos após a ocorrência</li> </ul>	38.659	42.709	37.268	-	-	-	118.636
<ul> <li>Quatro anos após a ocorrência</li> </ul>	38.510	38.711	-	-	-	-	77.221
<ul> <li>Cinco anos após a ocorrência</li> </ul>	36.846	-	-	-	-	-	36.846
Estimativa dos sinistros na data-base	36.846	38.711	37.268	34.556	42.721	48.741	238.842
Pagamentos de sinistros efetuados	36.846	38.710	37.233	34.418	41.921	40.897	230.025
Sinistros Pendentes	-	1	35	138	800	7.844	8.818
12. COBERTURA DAS PROVISÕES	TÉCNICA	\S					

2011 395.004 Provisões técnicas Parcela correspondente a resseguros contratados (104.139) (52.112) Direitos creditórios

(39.631) Provisões retidas pelo IRB (354)(352)(27.820)DPVAT Total a ser coberto 151.763 210.579 Bens oferecidos em cobertura: Quotas e fundos de investimentos 193 662 46.626 Títulos de renda fixa - públicos 69.866 156.493 Títulos de renda fixa - privados 15.408 278.936

12 PROVIÇÃO DE CINICTRO A LIQUIDAR HIDICIAI

Administradores e Acionistas da **Aliança do Brasil Seguros S.A.** 

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Diretor Vice-Presidente

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

a) Composição das ações judiciais por probabilidade de perda												
a) Composição das ações Judiciais p	ais por probabilidade de perda 2011				2010							
	Quan-	Valor da	Valor da	Quan-	Valor da	Valor da						
PSL Judicial	tidade	Causa	Provisão	tidade	Causa	Provisão						
Provável	147	3.957	10.362	193	6.138	11.359						
Possível	445	43.092	18.191	341	42.553	14.565						
Remota(*)	118	1.731	_	206	2.529	_						
	710	48.780	28.553	740	51.220	25.924						

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **Aliança do Brasil Seguros S.A. - CNPJ 01.378.407/0001-10** 1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial o Aliança do Brasil Seguros S.A. com data base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

27. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Aliança do Brasil Seguros S.A., referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. riais da 3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da

Variação da Provisão de Sinsitros Ocorridos mas não Avisados

constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilibrio técnico-atuarial da carteira.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitos, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodología e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a o abilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

A Ádministração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião Opinião uernolistações infaliceiras de activale com as platicas confaleis adotadas no insalia plicaveis as entidades s supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de fevereiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação

udiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera além das **f) Despesas administrativa**s 2010 (9.185) 2011 (25.579) Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funciona Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas (2.007) (2.620) (467) (709) g) Despesas com tributos 2011 2010 (14.393) (11.388)(3.481)(1.860)(638)(1.046) (99)

Taxa de fiscalização (368) Outras despesas com tributos h) Resultado financeiro 2011 2010 **Receitas Financeiras** Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado 15.963 5.144 Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda 10.282 Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento 6.417 764 Atualização de depósitos judiciais 610 Outras receitas financeiras 9.164 2.403 2011 2010 **Despesas Financeiras** (8.671)(1.462)

(5.637)

(294)

(218)

Imposto

de Renda

2010

329

289

Contribuição

409

(48)

(671)

Outras despesas financeiras 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social

Atualização monetária sobre provisões judiciais

Cofins

Operações de seguros

Taxa de administração

Lucro antes dos impostos e

Total circulante

2010

902

328

1.230

Quantidade

Quantidade

Quantidade

Sinistralidade % Comercialização %

2011

73,95%

33,96%

36,42%

1,46%

6,17%

22.44%

2011

467,644

434.888

(1.638)

29.251

(163.901)

(159.123)

2011

34

1.001

(912)

(4.901)

2011

167

(190.803)

(75.745)

(127.554)

12.329

2011

(28.237)

(10.206)

(11.193)

(1.728)

(1.543)

(1.629)

(1.938)

2010

75,78%

34,58%

37.00%

0,00%

5,53%

8.80%

47,25%

2010

(626)

(1)

2010

213

1.670

1.817

(1.364)

2010

(61.214)

(20.368)

(44.354)

3.364

2010

(10.497)

(5.633)

(3.023)

(476)

(416)

(1.031)

82

(37.189)

(39.525)

145.899

145.647

2010

4,37%

36,50%

45.32%

0,00%

334,40%

27.25%

202

444

729

6.733

3.219 **3.773** 

3.178 **3.178** 

(422) (1.003)

Valor da

5.101

5.476

1.230

1.230

5.975

Valor da

Provisão

Valor da Provisão

<u>Provisão</u>

5.975 12.681

2010

Total I-Fiscais II-Trabalhistas III-Cíveis Total

5.831

226

(581)

5.476

Valor da

5.101

5.476

Valor da

<u>Provisão</u>

Valor da

Provisão

6.425

6.425

<u>Provisão</u>

48.936 20.814 20.814 48.936 após participações osto de renda e contribuição social às alíquotas vigente 12.210 7.340 3.122 Diferenças temporárias Diferenças permanente 321 49 2.303 1.382 152 (240) **7.395** 60 es incentivadas 4.564 7.710 Imposto corrente 12.606 onstituição de crédito tributário (321)(2.541)(1.526) Tributos de períodos anteriores 12.071 7.389 4.938 3.067 **b.** Imposto de renda e contribuição social diferidos **2010** 2.040 Contingências tributárias Contingências trabalhistas Contingências cíveis 2.570 2.390 1.914 592 **7.120** Provisão para riscos de crédito 1.132 6.263 Tributos a compensa 286 329 Tributos retidos na fonte

Imposto

de Renda

Contribuição

Social

### 18. TRANSACÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da inistração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. **(b)** Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Seguradora mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros dos ramos saúde e auto, títulos de capitalização, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios Emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Despesas de comercialização de seguros", "Outras despesas de comercialização" e "Despesas Administrativas". O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Seguradora manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais". Ademais, a BB Corretora atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Seguradora somente após um período definido contratualmente. A Aliança do Brasil Seguros S.A. utiliza, desde a transferência de carteiras realizada em 1º de setembro de 2010, parte da estrutura e recursos existentes na Seguradora para o desempenho de suas operações, de forma que o montante relativo a essa utilização é pago mensalmente, conforme estabelecido em contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. (c) A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil e recuperação de despesas administrativas com a MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.. Os saldos em 31 de dezembro e as receitas e despesas incorridas

no exercício estão resumidos no quadro abaixo:												
				2	011		2010					
	<b>Empresa</b>	Relação	Ativos	<b>Passivos</b>	Despesas	Receitas	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>	Despesas	Receitas		
	BB Corretora	Coligada	1.121	18.584	68.356	_	219	14.533	18.435	_		
	Banco do Brasil	Acionista	-	18.135	123.694	6.600	-	29.664	43.816	264		
	BB DTVM	Coligada	-	-	2.522	-	_	-	671	_		
	MAPFRE RE											
	do Brasil	Coligada	18.128	12.016	3.497	984	-	-	-	-		
	MAPFRE RE											
	Companhiade											
	Resseguros S.A.	Coligada	11.253	6.388	12.882	4.089	-	-	_	-		
	Companhia de											
	Seguros Aliança											
	do Brasil	Coligada	9.293	6.913	25.337	-	-	3.646	8.967	-		
	MAPFRE Nossa				4 504							
	Caixa	Coligada	-	-	1.531	-	-	-		-		
	Besc Clube	Coligada	-	-	-	_	-	-	1.841			
	Brasil Veículos	Coligada	-	-	-	14	-	-	-	19		
	BrasilPrev	Coligada	-	-	-	84	-	-	-	-		
	BrasilCap	Coligada	-	-	-	16	-	-	-	2		
	BB Turismo	Coligada	-	-	-	1	-	-	_	-		
			39.795	62.036	237.819	11.788	219	47.843	73.730	285		

(d) Remuneração do pessoal - chave da administração: É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. (e) Outras informações: Não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Administração ou da Diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas

### 19. ISENÇÕES ADOTADAS E EXCEÇÕES OBRIGATÓRIAS Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações

financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). A Seguradora adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com exigências da Autarquia. Abaixo listamos a exceção adotada pela Seguradora referente às isenções obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS: Avaliação de contratos de seguros - a Seguradora adotou os requerimentos do CPC 11 - "Contratos de Seguros", que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test" conforme definido no IFRS 4), obrigatórios para os contratos que atendem a definição de "contrato de seguro" tal como definido naquele pronunciamento. A Administração aplicou as disposições transitórias do CPC 11 para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros. A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Seguradora decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP: • IAS 12 (Revisada) "Imposto de renda": em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012; • IFRS 7 (Revisada) "Instrumentos financeiros: informações a divulgar": em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de julho de 2011  $\bullet \ \mathsf{IFRS\,9} \ (\mathsf{Revisada}) \ "\mathsf{Instrumentos\,Financeiros"} : em \ \mathsf{vigor\,para\,exerc\'(cios\,que\,comecem\,a\,partir\,de\,0\,1\,de\,janeiro}$ de 2013; • IAS 19 (Revisada) "Benefícios a empregados": tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 11 "Operações conjuntas": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IAS 27 (Revisada) "Demonstrações financeiras individuais": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IAS 28 (Revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios": tendo vigência

# 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme permite o artigo 14 da Resolução CNSP nº 118 de 22 de dezembro de 2004, o Comitê de Auditoria foi criado na seguradora líder, Companhia de Seguros Aliança do Brasil, a qual publica o respectivo resumo do relatório em conjunto com suas demonstrações financeiras, que também referenda as operações da Seguradora

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em

todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas

obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 13 "Mensuração de valor

justo": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013.

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, com valores consistentes **6.** Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

Wady José Mourão Cury

**Vera Lúcia Fernandes Lopes** Atuária Responsável Técnica - MIBA nº 817

#### Demonstração do Resultado Abrangente Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

examinamos também a demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que não era requerida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para aquele período. Em nossa opinião, esta demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Seguradora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 tomadas em

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

## **■ Ernst & Young Terco**

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz Contador CRC-1SP198827/O-3

valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

**Outros Assuntos** 

Paulo Euclides Bonzanini Roberto Barroso Rogério Guede Vergara

Contadora

Simone Pieretti Gonçalves CRC 1SP183717/O-5

Atuária Vera Lúcia Fernandes Lopes Registro MIBA nº 81

**DIRETORIA** Carlos Alberto Landim Diretor-Presidente Júlio Cezar Alves de Oliveira Elenelson Honorato Marques Felipe Costa da Silveira Nascimento

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

Jabis de Mendonça Alexandre Luiz Antonio Mac Dowell da Costa

Diretores Wady José Mourão Cury